

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.113 - RS (2014/0302335-7)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
RECORRENTE : **GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA GVT**
ADVOGADOS : **CLAUDIO LEITE PIMENTEL - RS019507**
 SACHA CALMON NAVARRO COELHO E
 OUTRO(S) - MG009007
 DEISE GALVAN BOESSIO - RS037736
ADVOGADOS : **MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI -**
 MG016082
 ANDRÉ MENDES MOREIRA - MG087017
 GUILHERME CAMARGOS QUINTELA - MG104603
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **MARCOS ANTÔNIO MIOLA E OUTRO(S) -**
 RS028984

DESPACHO

Vistos.

Fls. 1.269/1.271e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual (art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ) dos Embargos de Declaração de fls. 1.253/1.256e, opostos contra acórdão que não conheceu do Agravo Interno (fls. 1.236/1.247e), apresentada por **GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA GVT**.

Argumenta a Requerente, em síntese, que (fl. 1.270e):

05. Primeiramente, vale mencionar que o agravo interno, que ensejou os presentes declaratórios foi julgado presencialmente. Decerto, isso demonstra a percepção da d. relatoria de que a demanda representa peculiaridades fáticas e jurídicas que recomendam a discussão no plenário físico.

06. Isso porque, nos termos do art. 1º da Resolução nº 587, de 29.07.2016 “Os agravos internos e embargos de declaração poderão, a critério do relator, ser submetidos a julgamento em ambiente eletrônico, por meio de sessões virtuais, observadas as respectivas competências das Turmas ou do Plenário.” (destacamos). Ora, sendo a escolha da submissão do agravo interno à sessão virtual de julgamento uma atribuição do Relator, é patente que no presente caso demonstrou-se oportuna a inclusão em pauta de julgamentos presencial justamente pelas especificidades do caso em lume, que demandam a discussão ocular do caso.

07. Impõe-se, portanto, por medida de coerência, que os embargos de declaração em foco – que remetem justamente ao agravo interno, julgado presencialmente por esta c. Primeira Turma – sejam retirados da pauta virtual e incluídos na pauta de julgamentos presencial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, não verifico fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Ressalte-se, ainda, que o julgamento do Agravo Interno em sessão presencial não induz a inclusão, de eventuais Embargos de Declaração, em pauta de sessão presencial, o que é definido pelo relator, consoante o disposto no art. 184-A, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

